



Comissão de Gestão de Florestas Públicas - CGFLOP

22 de junho de 2010

Ata - 20ª Reunião Ordinária

Às 9:00h, do dia 22 de junho de 2010, no Edifício Sede do CENAFLOP, em Brasília, Capital Federal, deu-se início a 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida pelo Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel.

1. Abertura

ANTÔNIO HUMMEL (SFB) abriu a reunião e solicitou a todos os presentes que se apresentassem.

FANI MAMEDE (CONTAG) pediu a palavra antes do início da reunião. Ela afirmou que a CONTAG enviou um email para a CGFLOP e para o Hummel reivindicando a urgente publicação do Decreto de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal com alteração, para inclusão da CONTAG no Conselho consultivo do FNDF. Esse email não foi atendido. Também afirmou que a CONTAG irá avaliar internamente, junto com suas bases, a participação na CGFLOP, não só pelo Fundo, mas também por outras reivindicações que já foram feitas e ainda não foram contempladas.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB) – Agradeceu Fani, e comentou que não recebeu a mensagem a qual ela se referiu, pois ele nunca deixou de responder nenhum e-mail. Em relação às outras reivindicações que Fani citou, afirmou que não conseguiu compreender a natureza das reivindicações. Sugeriu que a CONTAG mandasse formalmente um documento dizendo quais foram as reivindicações que não foram atendidas. Afirmou que as dezenove atas podem ser consultadas, para verificar o que realmente não foi atendido. Além disso, com relação ao Decreto do Fundo, afirmou que a participação da CONTAG pode ser incluída, no entanto não existe republicação de Decreto urgente. Essa reivindicação será encaminhada para tentar a republicação incluindo a CONTAG.

FANI MAMEDE (CONTAG) – Agradeceu o encaminhamento e afirmou que irá enviar um documento oficial com as reivindicações.

JOSÉ RUBENS PEREIRA GOMES (GTA/FBOMS) Encaminhou uma solicitação de inclusão de ponto de pauta sobre a Política Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB) – Sugeriu colocar o tema citado antes dos informes.

FANI MAMEDE (CONTAG) – Pediu que, até que o Decreto do Fundo seja republicado incluindo a participação da CONTAG, que participe como ouvinte das reuniões.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB) – Confirmou a participação da CONTAG como ouvinte nas reuniões do Conselho do FNDF. Perguntou se havia alguma observação em relação à ata da 19ª Reunião Ordinária. Não houve observações, a ata foi aprovada com as questões de redação que Jorge passou para a equipe de apoio. Após, passou para o primeiro tema de pauta, apresentando José Humberto Chaves, como Gerente de Planejamento.

2. Tema de Pauta 1: Plano Anual de Outorga Florestal 2011

MARCUS VINÍCIUS (SFB) – Apresentou a proposta de PAOF 2011, o 4º Plano Anual de Outorga Florestal produzido pelo SFB. Afirmou que essa proposta estará sob consulta pública até o dia 30 de junho.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB) – Agradeceu a apresentação de Marcus.

JUSTINIANO DE QUEIROZ NETO (FIEPA/CNI) - Afirmou sua preocupação com o planejamento do setor florestal. Afirmou que o PAOF é o principal instrumento deste planejamento, e os empreendedores do setor, potenciais investidores, se baseiam no PAOF para se organizarem. Assim, perguntou ao Marcos Vinícius, qual é a meta para 2011 e se ela é factível.

MARCOS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB) – Afirmou que o SFB precisa avançar com um pouco mais de rapidez no processo de concessões. Afirmou também que acredita que haverá um volume crescente de florestas sob concessão nos próximos anos.

EDUARDO RODRIGUES (Ministério do Planejamento) – Manifestou sua preocupação sobre a parceria do Serviço Florestal com o Imazon para elaboração do estudo que orienta o PAOF. Afirmou que a definição de um plano federal tem que se

basear num estudo do Governo Federal, porque o Imazon tem sua ideologia. Por último, afirmou que o PAOF é um importante instrumento de planejamento previsto na Lei, e deveríamos ligá-lo com a visão de longo prazo realmente.

JOSÉ RUBENS PEREIRA GOMES (FBOMS) – Destacou que é comum o ICMBio não se fazer presente nas reuniões da CGFLOP e manifestou sua preocupação, porque é um dos órgãos que mais têm responsabilidade na implementação. Sugeriu que a comissão faça uma moção para o ICMBio. Por fim, perguntou ao Marcus como o SFB está tratando, na elaboração do PAOF, a previsão de zonas de uso restrito, destinadas às comunidades locais.

MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES (SFB) – Respondeu aos questionamentos anteriores. Primeiramente, em relação ao estudo do Imazon, afirmou que o estudo foi contratado por pregão eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro. Então, o estudo não tem viés de ONG nem de Setor Privado. O estudo atende por força de contrato ao termo de referência elaborado pela equipe técnica do Serviço Florestal Brasileiro. Além disso, ele não é o estudo central do PAOF, ele é apenas um dos estudos.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB) – Afirmou que o Serviço Florestal irá enviar uma correspondência para o Presidente do ICMBio ressaltando que foi indicada a não presença do Instituto Chico Mendes e solicitando que dê mais atenção ao debate na CGFLOP.

FERNANDO CASTANHEIRA NETO (FNABF/CNI) – Solicitou que também enviada uma correspondência ao Programa Nacional de Florestas.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB) – Afirmou que iremos providenciar essas duas correspondências: ao ICMBio e ao Programa Nacional de Florestas. Após, passou a palavra para Marcelo Arguelles, a fim de iniciar o tema de pauta 2.

3. **Tema de Pauta 2- Consulta Pública do pré-edital da Flona de Amana.**

MARCELO ARGUELLES DE SOUZA (SFB) – Iniciou a apresentação relacionada às propostas apresentadas durante o processo de consulta pública do edital da Floresta Nacional do Amana. Citou o amadurecimento do processo de consulta pública, com a definição de um processo padrão para o ciclo de envolvimento social. Destacou que o processo de concessão como um todo é demorado, mas o SFB não abre mão da qualidade e da segurança do processo, além da participação das pessoas.

Apresentou a proposta de preço do pré-edital de Amana, que propõe valores

de descontos decrescentes até o contrato alcançar o seu equilíbrio econômico. Também apresentou a forma do pagamento da garantia, um dos aspectos mais citados em todas as reuniões, pois o setor sempre reclama que a garantia pesa muito, pelo fato de ela ter que ser integralizada no momento em que o empreendedor mais precisa de capital disponível, porque é o momento da assinatura do contrato. A fim de solucionar este problema, a garantia será equivalente a 50% da proposta financeira, mais o custo do edital. Afirmou que o SFB estaria estabelecendo um novo padrão, um novo patamar, para o pagamento de garantias no edital do Amana, colocando como piso mínimo 20% do valor da proposta financeira, para pequenas empresas e associações.

Além disso, apresentou também o reenquadramento de espécies e a introdução de um novo bonificador, relacionado à geração de energia.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB) – Agradeceu a apresentação de Marcelo.

JOSÉ RUBENS PEREIRA GOMES (GTA/FBOMS) – Comentou a decisão da Comissão de Concessão de não acatar a bonificação da certificação florestal. Afirmou que esta decisão deve ser reavaliada, por causa do valor agregado que a certificação FSC traz.

MARCELO ARGUELLES DE SOUZA (SFB) – Respondeu que o bonificador já é o que tem maior percentual, que os valores associados a essa bonificação também são valores já que cobrem os custos.

EDUARDO RODRIGUES (Ministério do Planejamento) – Afirmou que o gestor público deve ter uma preocupação muito grande com a legalidade, mas a CGFLOP pode fazer uma moção com proposta de alteração da legislação. Esta alteração deve ser feita a fim de tornar a política florestal uma política de geração de renda, de emprego com produtos florestais, algo mais factível e realmente com possibilidade de viabilidade econômica.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB) – Afirmou que o SFB tem uma coleção de artigos que precisam ser aprimorados na Lei de Gestão de Floresta Pública.

JUSTINIANO DE QUEIROZ NETO (FIEPA/CNI) – Afirmou que o processo é complexo, mas todas as concessões não são fáceis, por exemplo na área de Energia Elétrica. Comentou sua preocupação de que no futuro, se crie desequilíbrio entre concessionários, quando existem concessionários do Saracá aportando 100% de uma garantia e o outro aportando 50%.

NÃO IDENTIFICADO – Afirmou que o SFB está buscando o modelo mais adequado à realidade da atividade produtiva. A partir do edital de Amana haverá uma maior padronização e estabilidade desses diferentes aspectos que compõem o edital e os contratos.

Após esse tema houve o intervalo para o almoço.

4. **Tema de Pauta 3- Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal**

MARCO GIONANNI CLEMENTE CONDE (SFB) – Apresentou o andamento da implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal- FNDF. Apresentou as características, missão, áreas prioritárias e o processo de regulamentação do FNDF. Também descreveu as fontes do orçamento do Fundo para o ano de 2011, que totalizou R\$ 4.050.000,00. Afirmou que as áreas prioritárias para a seleção de projetos foram: Amazônia, Caatinga e Mata Atlântica na Região Nordeste e os temas apresentados são: uso sustentável dos recursos florestais por agricultores familiares, comunidades tradicionais na Amazônia e na Caatinga; capacitação e apoio à gestão e assistência técnica. Por fim, apresentou como será o processo de seleção e implementação dos projetos selecionados.

JORGE – Afirmou que, se nós pensarmos no estado indutor das concessões estaduais, seria de bom termo que os próprios editais dos fundos, o Fundo Nacional de Desenvolvimento ou os fundos estaduais pudessem operar de forma conjunta. Sugeriu que o SFB pensasse em mecanismos, conjuntos de editais que possam se somar.

MARCO GIONANNI CLEMENTE CONDE (SFB) – Afirmou que a estratégia que queremos é essa mesmo.

JOSÉ RUBENS PEREIRA GOMES (FBOMS) – Agradeceu e parabenizou o entusiasmo do Marco.

CÁSSIO TROVATO (MDA) - Parabenizou a ação do Serviço Florestal com a criação do Fundo. Perguntou como o pessoal discutiu a questão de assistência técnica florestal: a qual é o foco quando se fala em agricultura familiar ou propriamente em manejo florestal comunitário?

MARCO GIONANNI CLEMENTE CONDE (SFB) – Respondeu que o Serviço Florestal acabou abrindo duas grandes frentes de apoio ao manejo florestal comunitário, que foram os assentamentos da reforma agrária e as Reservas Extrativistas. Para essa primeira chamada do FNDF, o foco vai para RESEX por conta da origem do recurso. Teremos que licitar ou fazer convênios.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB) – Agradeceu ao Marco. Passou para o próximo tema de pauta, que foi uma inclusão solicitada pelo Rubens.

5. **Tema de pauta 4: Manejo Florestal Comunitário**

JOSÉ RUBENS PEREIRA GOMES (FBOMS) - Relatou sua impressão da reunião do GT de Manejo Florestal Comunitário que participou em Rio Branco. Destacou que o arranjo que conseguimos formatar não é suficiente para garantir o sucesso do manejo comunitário. Afirmou que a discussão sobre manejo florestal comunitário deve voltar à CGFLOP para que sejam construídos instrumentos mais adequados para a implementação da política. Dessa forma, solicitou a realização de uma reunião extraordinária a fim de discutir a questão, inclusive a captação de recursos para as atividades de manejo comunitário.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB) – Agradeceu Rubens.

FERNANDO CASTANHEIRA NETO (FNABF/CNI) – Concordou com Rubens e afirmou que essa discussão é muito bem-vinda, pois os atores do manejo comunitário estão efetivamente envolvidos na produção florestal brasileira.

MARCIA (SFB) – Afirmou que em parte concorda e em parte discorda com as colocações do Rubão. Afirmou que tivemos um grande avanço na política de manejo comunitário, pois temos uma política de Governo que agrega vários ministérios que têm ações nos Plano de Trabalho. No entanto, é uma política que possui pouco tempo. Destacou os dois principais problemas que as iniciativas têm hoje: a demora dos processos de licenciamento em geral, não apenas do licenciamento da atividade florestal, mas de todo o licenciamento que é prévio para essas comunidades; e a questão de ampliar os fundos.

JOSÉ RUBENS PEREIRA GOMES (FBOMS) – Afirmou que temos ainda muito a construir, pois pouquíssimas coisas mudaram.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB) – Afirmou que precisamos dar maior densidade política a questão do manejo florestal comunitário. Sugeriu realizar a Reunião Extraordinária da CGFLOP dia 28 de julho. Após chamou o colega Wanderson para falar sobre a flona Sacará e o resultado da licitação.

WANDERSON (SFB) – Fez uma apresentação sobre como funciona a licitação para a condição florestal. Afirmou que, primeiramente, há a publicação do edital, que no caso de Saracá, foi em julho de 2009. Depois vem a fase de habilitação. No caso de Sacará, 4 empresas concorreram: a Iebata, a Golf, a Universal e a Samaú Verde. Na fase de habilitação, duas foram inabilitadas e duas foram habilitadas: a empresa

lebata e a Golf. Em junho as propostas foram julgadas. A empresa lebata foi contemplada com a UMF2, 30 mil hectares, e a empresa Golf com a UMF3, 19 mil hectares. A Unidade de Manejo 1 não teve concorrente para essa licitação e ela será contemplada no futuro lote de concessão.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB) – Afirmou que essa UMF 1, para a qual não houve concorrentes, será licitada juntamente com o edital de Crepori, pois a lei de gestão afirma que tem que ter no mínimo uma unidade pequena.

ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB) – Afirmou que foi uma ótima reunião e que irá providenciar a convocação da Reunião Extraordinária para tratar apenas do tema de Manejo Florestal Comunitário.